

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor-responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
Fernão L. Mesquita
Diretor-executivo
Leão Serva
Editor-chefe
Celso Kinjô

Diretor-superintendente
Francisco Mesquita Neto
Diretor-comercial
Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor da Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Sarney joga seu jogo

Oficialmente, por pertencer ao PMDB, partido que se diz governista, e pelas juras que faz em público, o presidente do Senado, José Sarney, é um aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso e um defensor das medidas do governo para preservar o Plano Real e torná-lo um sucesso definitivo.

Na prática, porém, o senador pelo Amapá e “coronel” político do Maranhão tem-se esmerado na tarefa de colocar obstáculos para o projeto do governo. Com isto, está se transformando num adversário mais incômodo para o presidente da República do que os próprios partidos de oposição. Enquanto os opositoristas discordam do governo por questões de ordem programática e ideológica e suas divergências se dão num plano elevado da política, os problemas que Sarney cria têm apenas motivações de ordem fisiológica e regionais, ou seja, situam-se no terreno da baixa política.

O ex-presidente está irritado, basicamente, por dois motivos: primeiro, porque o Palácio do Planalto não está dando para sua filha, governadora do Maranhão, como não tem dado para nenhum outro governador, o volume de verbas que ele acha que ela merece; segundo, porque ele acha que o presidente está interferindo na disputa pela presidência do PMDB, partido que Sarney quer dominar para cimentar sua candidatura à sucessão presidencial. Além do mais, Sarney não conseguiu emplacar muitas nomeações para cargos de bom tamanho no governo federal, ficou sem sinecuras importantes para seu projeto político.

Por conta disso, o senador do Amapá tem feito tudo para complicar a vida do presidente Fernando Henrique no Congresso. Além das repetidas críticas que tem feito à política econômica — como se alguém que patrocinou a maior inflação mensal da história do Brasil, mais de 80% em março de 1989, tivesse autoridade para criticar qualquer coisa! —, como presidente do Senado e do Congresso tem combatido iniciativas do Executivo e tomado outras que complicam os planos governamentais. Sarney está, por exemplo, boicotando abertamente a prorrogação do Fundo Social de Emergência, manobrou para aprovar a lei que condiciona a privatização da Vale do Rio Doce a uma autorização do Congresso e está articulando a reação dos go-

vernadores à proposta de reforma tributária do governo. Não há iniciativa do presidente da República que Sarney não critique, não aponte defeitos e não boicote.

Criticar, apontar defeitos, é uma obrigação de qualquer homem público. Não é o caso de Sarney, entretanto. Não só porque o motivo de seu súbito “oposicionismo” é meramente político-eleitoreiro, mas principalmente porque, na sua ânsia de criar problemas para o presidente da República, está utilizando argumentos perigosos do ponto de vista da paz política nacional. Enveredando pelo mesmo caminho do senador Antônio Carlos Magalhães, que, desde que não conseguiu dobrar politicamente o Banco Central no caso do Econômico, passou a alimentar disputas regionais para espicaçar FHC, Sarney tem acusado o governo de estar ameaçando a unidade da Federação com seu projeto de reforma tributária e outras iniciativas.

Além disso não ser verdade, o projeto com a proposta da unicidade do ICMS visa exatamente acabar com os riscos de uma guerra fiscal desagregadora, a tentativa de jogar os Estados contra o governo federal é que pode ameaçar a Federação brasileira. Nesses assuntos, que ele sabidamente não domina, Sarney deveria ouvir seu último ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a quem ele deve o fato de seu governo não ter degingolado totalmente em seus últimos meses:

“No Brasil (...) sequer nos apercebemos, na escala necessária — diz Mailson em artigo no *Jornal do Brasil* —, das vantagens da harmonização tributária. Há um apego ferrenho e cego ao princípio da autonomia, não raro motivado por desinformação e emoção. Daí as críticas à proposta de reforma tributária, entendida como um retorno ao centralismo. Devolver ao Senado o poder de decidir sobre todas as alíquotas é, a meu ver, um ato de sensatez em prol da harmonização. A autorização para a União propor isenções de ICMS em decorrência de acordos internacionais é essencial para futuras negociações no Mercosul. Os Estados precisam manter e ampliar a autonomia para desenvolver políticas públicas pelo lado do gasto. Preservar a situação atual do ICMS não reforça o modelo federativo. Pode dar lugar a uma confederação”.